



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR SIMPLIFICADO - ETPS AQUISIÇÃO DE BENS

1. DADOS DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

SEI: 0024916-73.2024.6.05.8000

Unidade Demandante: ASSEGIN

Item do PLANCONT:

2. OBJETO

2.1. Natureza do objeto: Aquisição.

2.2. Descrição sucinta do objeto:

Aquisição de equipamentos de segurança como armamento de porte para uso dos Agentes da Polícia Judicial, conforme os modelos a serem especificados no Termo de Referência.

3. JUSTIFICATIVA

A aquisição de armas de fogo pelo Tribunal Regional Eleitoral fundamenta-se na necessidade de fortalecimento e aperfeiçoamento da Segurança Institucional, de acordo com as mais recentes diretrizes da Política Nacional de Segurança do Poder Judiciário e em consonância com as seguintes normas: Lei nº 10.826/2003, Resolução CNJ nº 467/2022, Resolução CNJ nº 435/2021, Resolução CNJ nº 344/2020.

As unidades de segurança dos Tribunais são responsáveis pela garantia da segurança institucional, de forma que a aquisição de equipamentos e acessórios são instrumentos indispensáveis para dar mais efetividade nas referidas demandas sob a responsabilidade dos Agentes da Polícia Judicial, como, por exemplo, a segurança de servidores e de autoridades ameaçadas que necessitem de segurança em determinados locais quando em atuação institucional, assim como na própria segurança patrimonial dos prédios desta justiça especializada;

A aquisição dos equipamentos e acessórios de proteção e segurança visa adequar à nova estrutura das unidades de segurança institucionais dos tribunais eleitorais, que, no TRE/BA passou a ser denominada de Assessoria de Segurança e Inteligência Institucional (ASSEGIN), tornando-se assim imprescindível o uso de equipamentos e acessórios de proteção pelos Agentes da Polícia Judicial;

Diante da atual conjuntura da segurança institucional nos tribunais, faz-se necessário a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

modernização do aparato existente por meio da aquisição de equipamentos e acessórios com tecnologias mais atualizadas e eficazes para a atuação dos Agentes da Polícia Judicial em ações preventivas de segurança, garantindo a preservação dos ativos da justiça eleitoral.

A aquisição dos equipamentos objetiva reforçar as ações e procedimentos de segurança adotados pelos Agentes da Polícia Judicial no âmbito dos tribunais eleitorais.

Os equipamentos serão de suma importância para a atuação dos Agentes da Polícia Judicial combinados com outras ferramentas que possibilitem o uso seletivo da força, nos casos em que os mesmos devam agir na contenção de ameaças iminentes, dando assim opções para que os agentes possam contê-las usando as forças de reação de forma proporcional e efetiva que venham a envolver magistradas, magistrados, servidoras, servidores, colaboradoras, colaboradores e jurisdicionados;

A Resolução Conjunta CNJ/CNMP nº 4/2014, regulamentou, no âmbito do Poder Judiciário e do Ministério Público, os artigos 6º, inciso XI, e 7º-A, ambos da Lei nº 10.826/2003, com as alterações promovidas pela Lei nº 12.694/2012, ou seja, o porte de arma de fogo no âmbito dos Tribunais do Poder Judiciário, para uso exclusivo de servidores de seus quadros pessoais que efetivamente estejam no exercício de funções de segurança.

4. HISTÓRICO

- () Não há histórico de contratações do mesmo objeto.
(x) Há histórico.

Indicar os números dos processos das contratações anteriores: 0017998-87.2023.6.05.8000

5. ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

- (x) Prestar serviço de qualidade ao público
(x) Fortalecer a relação institucional com a sociedade
() Fomentar a educação para a cidadania
() Aumentar a agilidade e a produtividade na prestação jurisdicional
(x) Combater a corrupção e a improbidade administrativa e os ilícitos eleitorais
() Aperfeiçoar a governança e gestão administrativa
() Melhorar a comunicação administrativa
() Promover a sustentabilidade ambiental
() Aprimorar a gestão de pessoas
() Promover a melhoria contínua de governança e da gestão de TIC
() Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira
(x) Melhoria e adequação das condições de segurança do trabalho no TRE-BA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

A demanda/consumo prevista de armamento de porte ficou estabelecido inicialmente o quantitativo de 14 (quartoze) armas compactas e 2 (duas) armas subcompactas, sendo destinados à Assessoria de Segurança e Inteligência Institucional (ASSEGIN) a serem disponibilizado aos Agentes da Polícia Judicial, mediante autorização da chefia imediata, após análise de risco diante de potencial ameaça por questões de natureza eleitoral.

ITEM	EQUIPAMENTO	QTD
1	PISTOLA 9X19 mm (compacta) com carregadores reservas	13
2	PISTOLA 9X19 mm (subcompacta) com carregadores reservas	2

7. REQUISITOS DA AQUISIÇÃO

7.1. A aquisição envolve algum serviço acessório?

☒ Não

☐ Sim

Indicar qual:

7.2. Será utilizado o Sistema de Registro de Preços?

☒ Não

☐ Sim

Se sim, indique em qual(is) hipótese(s) a justificativa se enquadra:

☐ Pelas características do bem, há necessidade de contratações frequentes.

☐ É conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas.

☐ É conveniente a aquisição de bens para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo

☐ Pela natureza do objeto, não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

7.3. Há Ata de Registro de Preços (ARP) vigente para o mesmo objeto?

☒ Não

☐ Sim

Informe o nº da ARP e o termo final:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

7.4. Verificou-se a existência de Intenção de Registro de Preços (IRP) divulgada ou de ARP vigente de outro órgão federal e, em sendo permita a participação ou adesão, se seria tecnicamente adequada e economicamente vantajosa para o Tribunal?

☒ Não

☐ Sim

Informe o nº da IRP ou da ARP, e o órgão de origem, devendo anexar ao processo cópia do edital, do termo de referência e da Ata:

7.5. Além da garantia legal, será exigida garantia adicional?

☐ Não. Será exigida somente a garantia legal (prevista nos arts. 24 e 26 do Código de Defesa do Consumidor, a qual independe de termo expresso).

☒ Sim.

Indicar qual:

☒ Garantia de fábrica, cuja vigência começa a partir da data do recebimento definitivo do bem, com o prazo e condições impostas pelo fabricante, normalmente estabelecida no "termo de garantia" que já vem com o produto. É complementar à legal.

☐ Garantia contratual, decorrente da necessidade de suporte técnico diferenciado a ser prestado pela contratada por meio da celebração de contrato.

Justificar a necessidade de garantia contratual:

7.6. Haverá indicação de marca e/ou modelo?

☒ Não

☐ Sim

Se sim, indique em qual(is) hipótese(s) do art. 41 da Lei nº 14.1333/2021 a necessidade se enquadra:

☐ Em decorrência da necessidade de padronização do objeto.

☐ Em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração.

☐ Quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem os únicos capazes de atender às necessidades do Tribunal.

☐ Quando a descrição do objeto a ser contratado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servirem apenas como referência.

Justificar:

7.7. Será necessário apresentar prova ou amostra?

☒ Não

☐ Sim. Será necessário apresentar prova.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

☐ Sim. Será necessário apresentar amostra.

Justificar a exigência de amostra:

7.8. Será necessário apresentar laudo ou certificação?

Há outros meios aptos à comprovação do cumprimento dos requisitos das normas técnicas que não seja a certificação, uma vez que o fornecedor não está obrigado a ser certificado?

☐ Sim

☒ Não

A exigência visa à aquisição de produtos que atendam às normas técnicas mínimas que garantam a qualidade, durabilidade, resistência, segurança, funcionalidade, sustentabilidade ambiental, a justificar suposta restrição?

☐ Sim

☒ Não

A exigência de certificação afastará um quantitativo considerável de licitantes conforme a realidade do mercado?

☐ Sim

☒ Não

Justificar a exigência:

7.9. Há legislação específica aplicável ao objeto?

☐ Não

☒ Sim

Indicar a legislação:

Lei nº 10.826/2003 – Estatuto do Desarmamento – art. 7º A, Decreto nº10.030/2019 – Aprova o Regulamento de Produtos Controlados, Instrução Normativa nº 201/2021 - DG/PF - Estabelece os procedimentos relativos ao Sistema Nacional de Armas e à aquisição, registro, posse, porte, cadastro e comercialização de armas de fogo e munições (inciso XV do § 1º do Art. 14), Resolução nº 344/2020 - CNJ - Poder de Polícia no âmbito do Poder Judiciário; Resolução nº 435/2022 - CNJ - Política Nacional de Segurança do Poder Judiciário; Resolução nº 467/2022 - CNJ - Regulamentação da aquisição, registro e do Porte de Arma de fogo; Resolução nº 23.648/2021 - TSE - Regulamenta o exercício do Poder de Polícia Administrativa;

7.10. Será exigida comprovação de habilitação jurídica específica para fornecimento do objeto?

☒ Não

☐ Sim. Será exigida comprovação de habilitação jurídica.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Indicar a exigência, o documento e a legislação que a disciplina:

7.11. Será exigida comprovação de capacidade técnica para fornecimento do objeto?

☒ Não

☐ Sim. Será exigida comprovação de capacidade técnica, mediante apresentação de atestado.

Justificar:

7.12. Na especificação do objeto levou-se em consideração algum critério ou prática sustentável?

☐ Há previsão de critério ou prática sustentável.

Descrever os critérios adotados:

☒ Não foi possível identificar nenhum critério de sustentabilidade a ser aplicado ao objeto em questão.

Justificar a não adoção: não há paralelo conhecido em outros Tribunais Eleitorais

7.13. Análise da divisibilidade da solução e forma de adjudicação

☒ É possível a contratação da solução de forma divisível (em itens), sem que haja prejuízo quanto aos aspectos técnicos, econômicos e de competitividade.

☐ Todos ou alguns itens da solução devem ser agrupados em lotes para fornecimento por um único fornecedor.

Justificar o agrupamento em lotes:

7.14. Há necessidade de adequação do ambiente do Tribunal para recebimento da solução a ser contratada?

☒ Não

☐ Sim

Listar as providências necessárias:

8. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO NA LICITAÇÃO

Trata-se de licitação complexa ou de elevado vulto a dificultar a participação de empresas individualmente, sobretudo as de pequeno porte?

☐ Sim

☒ Não

Qualquer empresa, mesmo as de pequeno e médio porte, pode fornecer/executar o objeto?

☒ Sim



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

() Não

É comum no mercado a existência de empresas com capacidade técnica e financeira para, isoladamente, fornecerem o produto licitado?

(x) Sim

() Não

Conclusão:

() Será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

(x) Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

9. LEVANTAMENTO DE MERCADO

(x) A unidade solicitante não encontrou outras soluções de mercado capazes de atender a todas as necessidades demandadas para resolução do problema ou alcance do objetivo esperado.

() Há outras soluções de mercado que atendem às necessidades demandadas para resolução do problema ou alcance do objetivo esperado.

9.1. Descrever aqui as soluções encontradas:

Solução 1: Aquisição na modalidade licitatória pregão da arma para porte necessária às atividades de segurança no Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.

Solução 2: Aderir a uma ata já existente em outro órgão federal com itens semelhantes, o que restou inviabilizada em virtude da não existência de atas em aberto no presente momento.

9.2. Informar os motivos que levaram à escolha da solução a ser contratada, fazendo um comparativo com as demais alternativas encontradas, quando houver, inclusive quanto aos preços:

Por se tratar de aquisição de equipamentos necessários às atividades de segurança no tribunal Regional Eleitoral da Bahia, a forma mais efetiva para atender a demanda é a aquisição de tais bens, desse modo, não se vislumbra outra solução similar para o devido comparativo de soluções, visto que no momento inexistem outras ARP's para adesão.

10. ESTIMATIVA PRELIMINAR DE PREÇO:

O referido valor foi estimado baseado no valor médio dos equipamentos à venda em sites da internet, tais como: [Brasil Tática - Pistola Taurus](#), [Alfa Armeria - Taurus](#), [Arma Store - Taurus](#), [Arma Store](#), [Grupo Pantanal](#) e [Az de Espadas](#).

ITEM		QTD	VALOR	VALOR
------	--	-----	-------	-------



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

			UNITÁRIO EM (R\$)	TOTAL EM (R\$)
1	PISTOLA 9X19 mm (compacta) com carregadores reservas	13	7.821,90	101.684,70
2	PISTOLA 9X19 mm (subcompacta) com carregadores reservas	2	5.560,00	11.120,00
TOTAL: 112.804,70				

11. REQUISITOS DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

() Será necessária a coleta de dados pessoais indispensáveis à execução do objeto contratual, para a qual se requererá prévia e fundamentada aprovação do TRE-BA.

(x) Regra: Toda a informação presente neste documento é classificada como pública, nos termos da Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação.

() Há informação presente neste documento classificada como sigilosa, nos termos da Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação.

() Há necessidade celebração de termo de confidencialidade e de termo de responsabilidade e compromisso de manutenção de sigilo.

12. ANÁLISE DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Ao final do presente estudo, o qual segue datado e assinado eletronicamente, concluiu-se que a contratação é:

(x) Viável e necessária, tendo os estudos preliminares evidenciado que a solução é possível, técnica e economicamente.

() Inviável e desnecessária.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP) DA CONTRATAÇÃO
ANEXO I – GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES DA CONTRATAÇÃO

UNIDADE DEMANDANTE (GESTORA DOS RISCOS DA CONTRATAÇÃO):	ASSEGIN - Assessoria de Segurança e Inteligência Institucional
---	--

1- CONTEXTO

Qual o bem/serviço que se pretende contratar?	DESCREVA AQUI O BEM OU SERVIÇO OBJETO DESTE ETP. (Descrição sucinta e clara. Ex: - Aquisição de Pistolas para os Agentes da Polícia Judicial
---	--

2 - IDENTIFICAÇÃO DOS EVENTOS DE RISCO*

** Evento de risco é QUALQUER SITUAÇÃO que, se ocorrer, poderá prejudicar o alcance do objetivo da contratação. De outra forma, TODO EVENTO que puder prejudicar o ÊXITO na contratação (bem/serviço contratado na data certa, feito com o trâmite processual mais adequado e com o melhor custo-benefício) é um evento de risco.*

2.1 IDENTIFICAÇÃO DE EVENTOS RISCO COMUNS*

** Eventos de Risco levantados e sugeridos pela COGELIC (lista exemplificativa). Ver Guia/Aba desta planilha: "EXEMPLOS DE RISCOS COMUNS".*

CONTROLES PREVENTIVOS	CAUSAS	EVENTO DE RISCO	CONSEQUÊNCIAS	CONTROLES CORRETIVOS
Correta delimitação no ETP da qualificação necessária à execução do objeto, em face da legislação vigente e da realidade de mercado	Deficiência na pesquisa de mercado realizada durante o estudo e na identificação das soluções disponíveis	Contratação de fornecedor sem a qualificação necessária	Apontamentos pelos controles interno e externo	Revisão do ETP
Correto conhecimento técnico de armas de fogo	Deficiência na fixação dos requisitos mínimos da contratação	ETP preliminar insatisfatório	Excesso de diligências durante a tramitação que atrasam a conclusão e a entrega final do processo: bem contratado	Realizar nova licitação
CONTROLES PREVENTIVOS	CAUSAS	EVENTO DE RISCO	CONSEQUÊNCIAS	CONTROLES CORRETIVOS

2.2 IDENTIFICAÇÃO DE EVENTOS DE RISCO PECULIARES À ESTA CONTRATAÇÃO

CONTROLES PREVENTIVOS	CAUSAS	EVENTO DE RISCO	CONSEQUÊNCIAS	CONTROLES CORRETIVOS
Celeridade no trâmite do presente processo de aquisição de pistolas	Deficiência das técnicas a serem empregadas para a efetiva aquisição das pistolas	Desconhecimento do rito processual para a contratação	Devolução de orçamento não executado	Repetição da licitação
Solicitação de autorização ao Exército Brasileiro. Aguardar prazo regular. Se não for dada formalmente a autorização, considera-se concedida a referida autorização.	Equipamento de uso restrito.	Necessidade de autorização para compra	Morosidade caso haja demora na autorização e demais etapas para aquisição.	Enviar novos pedidos de autorização e contar com a agilidade dos setores responsáveis pelo demais andamentos dos processos licitatórios.
CONTROLES PREVENTIVOS	CAUSAS	EVENTO DE RISCO	CONSEQUÊNCIAS	CONTROLES CORRETIVOS

3- ANÁLISE/AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO DOS EVENTOS

Considerando **os controles existentes**, para cada evento de risco listado no item 2, informe:

EVENTO DE RISCO (R1, R2, ETC.)	PROBABILIDADE* <small>*DICA: a probabilidade de ocorrência de um evento de risco relaciona-se com a probabilidade de ocorrência de suas CAUSAS (ver item 2).</small>	IMPACTO* <small>*DICA: impacto da ocorrência de um evento de risco NOS OBJETIVOS da contratação relaciona-se com a probabilidade de ocorrência de suas CONSEQUÊNCIAS (ver item 2).</small>	RISCO RESIDUAL (A SER TRATADO)	AÇÕES	RESPOSTA AO RISCO
R1 - Contratação de fornecedor sem a qualificação necessária	2	8	16	Médio - TRATAR	Mitigar
R2 - ETP preliminar insatisfatório	1	8	8	(Muito)Baixo - MONITORAR	Aceitar
R3 - Desconhecimento do rito processual para a contratação	5	8	40	Alto - TRATAR	Mitigar
R4 -Necessidade de autorização para compra	5	8	40	Alto - TRATAR	Mitigar
R5 -			0	(Muito)Baixo - MONITORAR	
R6 -			0	(Muito)Baixo - MONITORAR	
R7 -			0	(Muito)Baixo - MONITORAR	
R8 -			0	(Muito)Baixo - MONITORAR	
R9 -			0	(Muito)Baixo - MONITORAR	
R10 -			0	(Muito)Baixo - MONITORAR	

4- TRATAMENTO E COMUNICAÇÃO DOS EVENTOS DE RISCO

Considerando **os controles existentes**, para cada evento de risco listado no item 3, informe:

EVENTO	AÇÕES DE TRATAMENTO <i>(O que pode ser feito para que esse evento de risco não ocorra OU tenha seu impacto minimizado?)</i>	PRAZOS DAS AÇÕES <i>(Quando serão realizadas as ações?)</i>	COMUNICAÇÃO
			<i>1- Há necessidade de providências de outras unidades? 2- Como irá se comunicar com essa unidade? 3- Com qual frequência?</i>
R1	1. Reunião com a unidade usuária do serviço para alinhar os requisitos para a contratação 2. Analisar as características dos bens demandados pela Administração em cotejo com normas ABNT, se houver, regulamentos, leis etc	Até o final da fase de planejamento	1. Unidades responsáveis pela contratação do bem SEI e e-mail 2. Processo 3. Contínuo
R2	Treinamento técnico e operacional para manuseio e aquisição de armamento e munição	Antes da fase de planejamento	EFAS, Processo SEI; ASCOM, e-mail
R3	1. Treinamento sobre o planejamento das contratações; 2. Campanha de comunicação interna acerca da disponibilidade de modelos de artefatos do planejamento das contratações, normativos e manuais.	Contínuo	EFAS, Processo SEI; ASCOM, e-mail
R4	Solicitar com bastante antecedência o pedido de autorização do Exército	Antes da fase de planejamento	1. Não
R5			
R6			
R7			
R8			
R9			
R10			

COGELIC - SGA - TRE/BA